JOSÉ GILMAR BERTOLO

PRÁTICA PROCESSUAL CIVIL Anotada

Mais de 420 modelos de petições

7ª EDIÇÃO REVISTA • ATUALIZADA

- Obra atualizada e ampliada de acordo com o NCPC e as mais recentes leis, como Lei nº. 13.256/16;
- De acordo com as alterações na pensão alimentícia como o protesto da decisão judicial; prisão civil em regime fechado; etc.
- Contempla inúmeros modelos novos de petições e manifestações possíveis no novo ordenamento jurídico, desde o art. 4º até o art. 1.071, encontrando-se dentre eles, vários modelos de pedidos de tutela de urgência, antecipada e incidental, tutela de evidência; ata notarial; reclamação; recursos em geral, usucapião extrajudicial, etc.

Acrescido de modelos relativos às principais e mais relevantes alterações inseridas no novo CPC:

- A criação da figura do *amicus curiae*;
- Audiência obrigatória de "conciliação e mediação" antes da apresentação da contestação;
- Vários modelos relativos à unificação do Processo Cautelar e tutela antecipada, e sua estabilização com a inclusão da tutela provisória de urgência (que pode ser cautelar ou antecipada, incidental ou antecedente) e a tutela de evidência;
- Agravo de instrumento e demais recursos, de acordo com as alterações do NCPC;
- O exercício do juízo de admissibilidade dos recursos de apelação, ordinário, especial e extraordinário pelo juízo *ad quem*, como regra;
- Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR);
- Reclamações constitucionais;
- Atos notariais;
- Situações relativas à mudança da forma de incidência dos honorários advocatícios contra a Fazenda Pública, e dos honorários em reconvenção e recursos;
- Observação da criação, pelos tribunais, de centros judiciários de solução consensual de conflitos por meio de Conciliadores e Mediadores Judiciais, voluntários ou concursados; observação do dever de os juízes e tribunais observarem a ordem cronológica de conclusão para julgamento da causa;
- Instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- Observação da regulamentação específica de fundamentação da sentença, impondo ao magistrado a apreciação de todos os fundamentos suscitados no processo, sob pena de nulidade.

Acesse as petições JH Mizuno online

Instruções na última página

JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

IL INDICALIVROS

Resumo de Prática Processual Civil Anotada. Mais de 420 Modelos de Petições

A complexidade da vida moderna se faz sentir em todos os campos da atividade humana. O direito, mecanismo de viabilização da vida em sociedade, é o campo em que, como em nenhum outro, as mudanças no contexto social são percebidas com maior intensidade, mormente no campo processual.

Por essa razão, a presente obra, como nas edições anteriores, apresenta, em ordem cronológica, modelos de petições, agora adaptadas, renovadas e inovadas, de acordo com as relevantes alterações no novo sistema processual, a exemplo do amicus curiae; da audiência obrigatória de "conciliação e mediação" antes da apresentação da contestação; da unificação do Processo Cautelar e tutela antecipada, e sua estabilização com a inclusão da tutela provisória de urgência (que pode ser cautelar ou antecipada, incidental ou antecedente) e a tutela de evidência; da observação do dever de juízes e tribunais considerarem a ordem de conclusão para julgamento da causa; do exercício do juízo de admissibilidade dos recursos de apelação, ordinário, especial e extraordinário pelo juízo ad quem, como regra; do incidente de resolução de demandas repetitivas; da previsão da reclamação; da Cooperação Internacional e Nacional; do julgamento parcial do mérito; da mudança da forma de incidência dos honorários advocatícios contra a Fazenda Pública; da criação de honorários recursais; da regulamentação específica de fundamentação de sentença; entre outros inúmeros corolários, com a uniformização da jurisprudência e a obediência a precedentes que consagram a positivação doutrinária e jurisprudencial e a celeridade processual.

Enfim, o novo sistema processual conservou os institutos que constituem resultados positivos e avançou naqueles que necessitavam um maior grau de eficiência, atendendo melhor às necessidades sociais, a organicidade do sistema, prestigiando o princípio da segurança jurídica.

Acesse aqui a versão completa deste livro